

Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990

Waldir Quadros¹

Resumo

O desemprego no Brasil agravou-se brutalmente desde o final da década de 1980, particularmente a partir de 1995 com o Plano Real. Ainda que se trate de um fenômeno generalizado, é necessário estabelecer duas importantes distinções. Da ótica social, foram afetados com maior intensidade os operários e demais assalariados populares, bem como a baixa classe média assalariada. Por sua vez, do ponto de vista etário observa-se que os jovens de 15 a 24 anos foram os mais fortemente impactados.

Palavras-chave: Desemprego – Brasil – 1990; Jovens; Brasil – Condições sociais.

Abstract:

The unemployment in Brazil has worsened dramatically since the end of the eighties, particularly after 1995 with the Real Plan. Despite being a general phenomenon, it's necessary to state two main distinctions. From a social view, it appears stronger in the blue collars and in the lower white collars as well with the lower middle classes. And also in these classes, the young people (15 to 24 years old) were the most affected.

Key words: Unemployment – Brazil – 90s; Youth unemployment; Social crisis.

JEL J640, R230.

Introdução

Seguramente, o fenômeno da desocupação de enorme e crescente parcela da População Economicamente Ativa (PEA) está na raiz da grave crise social que vem assolando a sociedade brasileira desde o desfalecimento do “milagre econômico” dos anos 1970, com acentuado agravamento na última década. Os contornos mais recentes desta problemática podem ser observados na Tabela 1.

Podemos observar um comportamento bastante desfavorável no período, com a ocupação crescendo abaixo da PEA, que, por sua vez, avança mais rápido que a população.

(1) Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do CESIT/IE – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. O autor reconhece a indispensável contribuição da equipe responsável pelo processamento dos dados, formada pelo estatístico e doutorando Alexandre Gori Maia e pelos estagiários Vinícius Gaspar Garcia, Marília Patelli J. S. Lima (graduandos em economia) e Adriana Selleni Rocha (graduanda em computação).

Tabela 1
Evolução global da ocupação e desocupação – Brasil

Discriminação	1992 (mil)	2001 (mil)	Variação (%)
População	145.995	169.370	+ 16%
PIA (igual ou acima de 10 anos)	113.714	137.688	+21%
PEA	71.251	85.834	+ 20%
Ocupados ⁽¹⁾	64.611	75.458	+17%
Desocupados ⁽²⁾	6.103	10.375	+ 70%
no ano do inquérito	2.969	4.382	+ 48%
em anos anteriores	1.452	3.023	+108%
procurando 1ª ocupação	1.682	2.970	+ 77%

⁽¹⁾ Adotamos o conceito PNAD de ocupação sem ajustes, o qual, a partir de 1992, inclui os trabalhadores não remunerados com jornada superior a uma hora semanal e aqueles dedicados ao autoconsumo e à autoconstrução.

⁽²⁾ Em nossos estudos, adotamos um conceito de desocupação mais amplo do que o da PNAD, que define como desocupados aqueles que, não estando ocupados na semana do inquérito, procuraram ocupação naquela mesma semana. Em nossa metodologia, ampliamos o período de procura para até um ano, buscando captar integralmente a chamada desocupação oculta pelo desalento, em que o desocupado deixa temporariamente de buscar ocupação diante de uma situação muito adversa do mercado de trabalho. Com isto, expandimos tanto o número de desocupados como a PEA e as taxas de desocupação. Cabe registrar que o grosso dos desocupados encontra-se no período de até dois meses de procura por ocupação.

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

De um lado, esta tabela aponta para a letargia na geração de oportunidades, provocada pelo baixo dinamismo econômico e por mudanças mais estruturais nas atividades econômicas. De outro, reflete a maior pressão sobre o mercado de trabalho, em parte devido aos próprios impactos da crise sobre as famílias.

O resultado destes comportamentos é a explosão da desocupação, que cresce 70% no período 1992-2001! Por sua vez, decompondo a desocupação observa-se que o maior crescimento ocorre no segmento de pessoas que perderam suas ocupações em anos anteriores ao do inquérito, ou seja, o chamado desemprego de longa duração. Em segundo lugar, encontram-se aqueles que não conseguiram obter sua primeira ocupação. Em poucas palavras, está cada vez mais difícil tanto ingressar como voltar ao mercado de trabalho. E o também forte crescimento do contingente dos que perderam a ocupação no ano do inquérito mostra que o problema continua se agravando entre aqueles que se encontram ocupados.

Detalhando um pouco mais os dados, percebe-se que o fenômeno da desocupação possui um componente social e outro etário. De fato, como iremos demonstrar mais à frente, a desocupação grassa mais intensamente entre as famílias da massa popular urbana ou não-agrícola (formada pela baixa classe média, operários e demais trabalhadores populares, empregadas domésticas, etc.). E, no seio destas famílias, os jovens são os mais afetados.

A discussão sobre o significado do recrudescimento do desemprego nos anos 1990 avançou bastante ao longo da década, até mesmo por força da persistência do problema e de suas gritantes evidências.

De qualquer forma, ainda que de forma um tanto esquemática, podemos dividir as diversas opiniões em duas grandes correntes interpretativas. De um lado, perfilaram as análises oficiais ou oficiosas que, *grosso modo*, entendem a aceleração das taxas de desemprego como um fenômeno passageiro, fruto do processo de modernização que estaria ocorrendo na estrutura produtiva, impulsionado pelo virtuoso acirramento da concorrência promovido pela decidida abertura da economia nacional.²

De outro lado, posicionaram-se os críticos e opositoristas que, resumidamente, desde o início ressaltaram o caráter perverso e anti-social desta situação, compreendendo-a como resultado direto de um verdadeiro processo de desestruturação da economia nacional, que, entre outros efeitos deletérios, tornou-se prisioneira de uma armadilha que a impede de crescer de forma sustentada.³

Perfilando claramente neste último grupo, procuraremos agregar um outro ângulo de observação desta realidade. De fato, todos estes estudos do mercado de trabalho tomam como unidade de análise os *indivíduos* ocupados ou desocupados. De nossa parte, pretendemos introduzir a ótica das *classes sociais*.⁴

Para tornar operacional o conceito de classes sociais, tomamos como referência o tratamento proposto por W. Mills (1969), que consiste em analisar a sociedade a partir de sua estrutura ocupacional.

Inspirando-se na forma como este autor define e constrói a estrutura ocupacional de uma economia capitalista moderna, procuramos desenvolver uma estrutura equivalente para o Brasil, levando em conta as possibilidades oferecidas pelos inquéritos domiciliares do IBGE (PNADs e Censos Demográficos).⁵

As distintas ocupações (profissões declaradas ao entrevistador) foram agregadas em grupos afins. Cruzando com a situação na ocupação (assalariado, empresário, autônomo, etc.) definiu-se uma série de “grupos ocupacionais” que, quando hierarquizados, compõem a estrutura ocupacional.⁶ Por sua vez, a

(2) Cf. entre outros, Amadeo & Camargo (1996); Camargo & Giambiagi (1991); Neri, Camargo & Reis (2000) e Urani (1996).

(3) Cf. entre outros, Baltar (1998; 2003); Mattoso (1999) e Pochmann (2001); além de vários informes e estudos do DIEESE e de diversas colunas de Delfim Netto na página 2 do jornal *Folha de São Paulo*.

(4) O presente ensaio dá continuidade a um trabalho anterior, em que procuramos retratar a composição e a evolução recentes das classes sociais no Brasil. Desta forma, é retomada aqui uma série de observações metodológicas introdutórias. Cf. Quadros (2003).

(5) Iniciamos esta tentativa na dissertação de mestrado (*A nova classe brasileira: 1950-1980*. Campinas: Unicamp. IE, 1985), prosseguimos no doutorado (*O milagre brasileiro e a expansão da nova classe média*. Campinas: Unicamp. IE, 1991) e estamos procurando avançar em nossa tese de livre-docência, em elaboração.

(6) A composição destes “grupos ocupacionais” encontra-se no “Apêndice metodológico” a este artigo.

agregação dos indivíduos ocupados em suas famílias conforma a estrutura “socioocupacional”.⁷ É com base nesta estratificação socioocupacional que pretendemos nos aproximar da estrutura das classes sociais.⁸

Com base nesta metodologia, construímos uma pirâmide social para o Brasil, dividida em quatro grandes camadas de grupos familiares.

A *camada superior* é formada por um reduzido contingente de famílias de empresários que empregam mais de 10 assalariados, pelas famílias dos micro e pequenos empresários e pelas famílias da alta classe média, assalariada ou autônoma (tais como administradores, gerentes e chefes; ocupações técnicas e científicas de nível superior, etc.).

A *camada intermediária* compõe-se do pequeno negócio familiar urbano (comércio e serviços) e da média classe média, assalariada ou autônoma (por exemplo, ocupações técnicas e científicas de nível médio; ocupações de defesa nacional e segurança pública; mestres e contramestres, etc.).

Abaixo destas duas camadas diferenciadas, encontra-se a ampla *massa trabalhadora urbana* (ou não-agrícola). Ela é formada pela baixa classe média assalariada (auxiliares de escritório; balconistas e caixas; professores primários; auxiliares da saúde, etc.) e pelos operários e demais trabalhadores populares, incluindo autônomos e empregadas domésticas.

A quarta e última camada desta tentativa de estratificação socioeconômica foi denominada *massa agrícola*, englobando a pequena agricultura familiar e os trabalhadores agrícolas, assalariados ou não.

1 O atual quadro social da desocupação

A partir desta metodologia, procuramos caracterizar o cenário social da desocupação vigente em 2001, quando foi realizada a última PNAD disponível no momento da elaboração deste ensaio, tal como se apresenta na Tabela 2.

A primeira constatação, que logo salta à vista, diz respeito à enorme concentração de desocupados nas famílias da massa popular urbana, tal como havíamos antecipado. De fato, nela se encontram 71% do total de desocupados; um contingente de 7,4 milhões de pessoas.

Obviamente, a massa urbana também engloba a maior parcela dos ocupados. Entretanto, a disparidade é gritante, uma vez que é responsável por apenas 51% da PEA total (contra os 71% dos desocupados).

(7) Os indivíduos ocupados de uma mesma família domiciliar são agrupados, e a família é classificada a partir do membro melhor situado, seja ele chefe da família ou não. Ao se contemplar os demais membros da família (os não ocupados e os inativos), chega-se à população.

(8) Com outro aparato teórico, tentativas análogas encontram-se em Santos (2002); e também em Queiroz Ribeiro & Corrêa do Lago (2000).

Tabela 2
Estrutura socioocupacional da desocupação Brasil – 2001

Grupos Familiares		Desocupados (A)	PEA (B)	% (A/B)
1	A-1 Proprietários Empregadores (>10)	19.968	666.363	3,00
	A-2 Proprietários Empregadores (<=10)	184.396	4.425.140	4,17
	B Profissionais Empregadores	15.681	413.008	3,80
	D-1 Alta Classe Média Assalariada	478.639	6.830.819	7,01
	C-1 Profissionais Autônomos – Camada Superior	74.944	1.415.550	5,29
	C-2 Profissionais Autônomos – Camada Média	12.407	183.826	6,75
	Sem Ocupação – Camada 1	166.311	166.311	100,00
Total	952.346	14.101.017	6,75	
2	D-2 Média Classe Média Assalariada	616.716	6.387.068	9,66
	E Proprietários Conta Própria – Urbano	300.279	4.381.843	6,85
	F-1 Trabalhadores Autônomos – Camada Superior	248.219	2.765.375	8,98
	C-3 Profissionais Autônomos – Camada Inferior	54.038	588.613	9,18
	Sem Ocupação – Camada 2	207.837	207.837	100,00
Total	1.427.089	14.330.736	9,96	
3	D-3 Baixa Classe Média Assalariada	1.088.102	10.985.080	9,91
	G-1 Operários e Assal. Populares – Camada Superior	740.739	6.626.797	11,18
	G-2 Operários e Assal. Populares – Camada Média	1.478.479	10.824.917	13,66
	G-3 Operários e Assal. Populares – Camada Inferior	382.590	2.595.988	14,74
	F-2 Trabalhadores Autônomos – Camada Média	590.053	5.408.978	10,91
	F-3 Trabalhadores Autônomos – Camada Inferior	147.298	1.242.230	11,86
	F-4 Trabalhadores Autônomos – Camada Baixa	81.940	573.873	14,28
	I Trabalhadores Domésticos	524.151	3.318.398	15,80
	M Auto Construção – Não Ocupados	7.431	60.062	12,37
	J-1 Trabalhadores Não Remunerados – Urbano	11.494	111.580	10,30
	L-1 Nulos	2.557	43.682	5,85
	Sem Ocupação – Camada 3	2.328.075	2.328.075	100,00
Total	7.382.909	44.119.660	16,73	
4	H-1 Proprietários Conta Própria – Agrícola	136.444	7.650.036	1,78
	H-2 Trabalhadores Autônomos Agrícolas	23.726	299.789	7,91
	H-3 Assalariados Agrícolas Permanentes	143.114	2.440.798	5,86
	H-4 Assalariados Agrícolas Temporários	108.649	1.566.678	6,93
	N Autoconsumo – Não Ocupados	43.598	661.368	6,59
	K Ocupados com Autoconsumo	18.014	411.233	4,38
	J-2 Trabalhadores Não Remunerados – Agrícolas	4.668	117.414	3,98
	Sem Ocupação – Camada 4	134.907	134.907	100,00
Total	613.120	13.282.223	4,62	
Total	10.375.464	85.833.636	12,09	

Fonte: IBGE. PNAD – Elaboração do autor.

Examinando os diversos grupos familiares que compõem esta camada, destaca-se de imediato aquele em que nenhum dos membros encontrava-se ocupado na semana do inquérito, ou seja, as famílias dos desempregados, aposentados e pensionistas, etc., com 2,3 milhões de pessoas procurando e não encontrando ocupação. Sem sombra de dúvida, trata-se do segmento mais vulnerável da massa urbana.⁹

Igualmente, sobressaem-se as famílias da camada média de operários e afins, com 1,5 milhão de desocupados, e da baixa classe média assalariada, com 1,1 milhão. Contingentes expressivos também se verificam nas famílias da camada superior de operários e afins (740 mil), da camada média de trabalhadores autônomos (590 mil) e das empregadas domésticas (520 mil).

Da mesma forma que estes grupos familiares destacam-se pela magnitude de seus membros desocupados, são eles que apresentam as mais elevadas taxas de desocupação em relação à PEA.

Contudo, nas outras duas camadas urbanas socialmente melhor situadas, a tragédia da desocupação também atinge com mais intensidade alguns grupos familiares, particularmente aqueles do segmento assalariado. É o que se passa com as famílias da média e alta classe média assalariada, respectivamente com 620 mil e 480 mil pessoas desocupadas e com as mais elevadas taxas de desocupação de suas camadas socioocupacionais.

No que se refere à massa agrícola, suas mais reduzidas taxas e volumes de desocupados, em boa medida, refletem a enorme amplitude do conceito de ocupação adotado pela PNAD a partir de 1992, que passou a considerar ocupado todo indivíduo que realiza qualquer tarefa não remunerada por um período igual ou superior a uma hora semanal ! Além de incluir um enorme contingente de membros que realizam pequenas atividades na agricultura familiar, também são contemplados aqueles envolvidos com as atividades de subsistência, mesmo as mais mezinhas.

De qualquer forma, o flagelo do desemprego é um fenômeno marcadamente urbano e, como veremos mais à frente, com significativa concentração nas grandes metrópoles. No campo, a precariedade entre os que lá permanecem decorre basicamente dos ínfimos rendimentos obtidos, tanto na pequena agricultura familiar como no trabalho assalariado ou autônomo.

2 A evolução recente do problema

Ainda que, neste momento, estejamos mais interessados na análise da situação vigente nos últimos anos, é útil inseri-la na problemática mais geral da

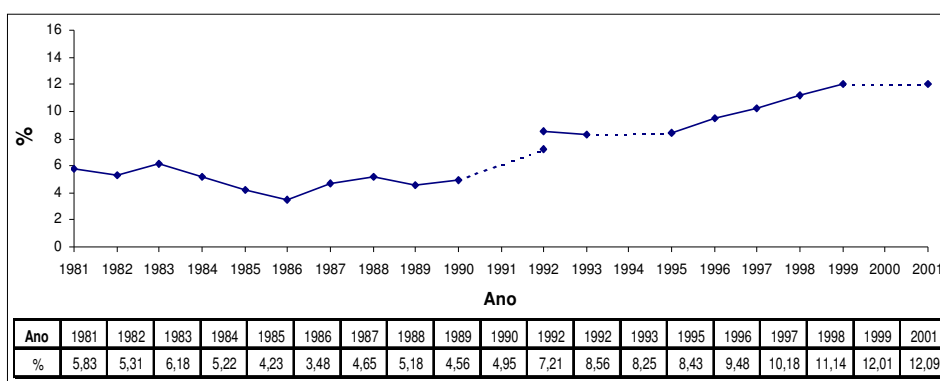
(9) Cabe aqui alertar que, a rigor, este grupo provavelmente inclui uma parcela considerável de aposentados oriundos de ocupações agrícolas, uma vez que a classificação destas famílias de desocupados na terceira ou quarta camada foi determinada pela situação do domicílio (rural ou urbano). Como se sabe, porção significativa dos aposentados rurais reside no perímetro urbano dos municípios e, assim, está incluída nesta terceira camada.

crise que se instala em fins da década de 1970, com o desfalecimento do “milagre econômico”.

Para tanto, ainda que com alguns problemas de consistência, decorrentes das alterações metodológicas efetuadas pelo IBGE em 1992, buscamos fornecer uma visão panorâmica do comportamento da desocupação ao longo das décadas de 1980 e 90.¹⁰ Assim sendo, e enfatizando que não se deve proceder a uma comparação direta entre as taxas de desocupação encontradas nas duas décadas, parece-nos bastante ilustrativo acompanhar as suas trajetórias por meio de gráficos. Por fim, o impacto das alterações metodológicas pode ser vislumbrado nas taxas relativas a 1992, quando procedemos a uma simulação da aplicação da metodologia vigente nos anos 1980 – para o ano de 1992 são apresentados dois pontos nas curvas: um, geralmente superior, correspondente à metodologia dos anos 1990, e outro, normalmente inferior, relativo à simulação da metodologia dos anos 1980.

Como se observa nos cinco gráficos apresentados em seguida, a *performance* revelada pela massa urbana é o que explica o comportamento da desocupação total. Por outro lado, nota-se, na década de 1980, um relativo declínio das taxas quando da saída da recessão dos anos iniciais. Após atingir seu nível mínimo em 1986, inicia-se uma trajetória ascendente sem interrupção e com nítida aceleração a partir de 1995.

Gráfico 1
% de desocupados na PEA
Total de desocupados



(10) Para uma descrição completa das alterações, ver Dedecca (1998). Na presente abordagem, a principal consequência localiza-se no conceito de desocupado que, na década de 1980, contempla aqueles que procuraram ocupação nos últimos três meses (o período mais longo de busca pesquisado pela PNAD de então) e, na década de 1990, permite estender o tempo de procura para até um ano. As mudanças no conceito de ocupação também inviabilizam uma comparação imediata entre as duas décadas. De fato, enquanto, na década de 1980, apenas eram considerados ocupados os trabalhadores não remunerados com jornada mínima de 15 horas semanais, na década de 1990 o limite é reduzido para apenas uma hora por semana. Além de passar a considerar ocupados tanto os indivíduos dedicados à agricultura de subsistência (autoconsumo) como aqueles que realizam melhorias ou construção de suas residências ou propriedades (autoconstrução).

Gráfico 2
% de desocupados na PEA
Massa urbana

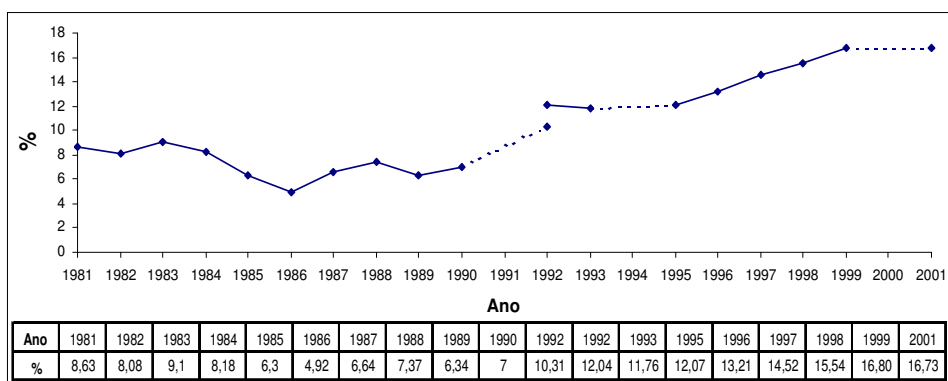


Gráfico 3
% de desocupados na PEA
Camada intermediária

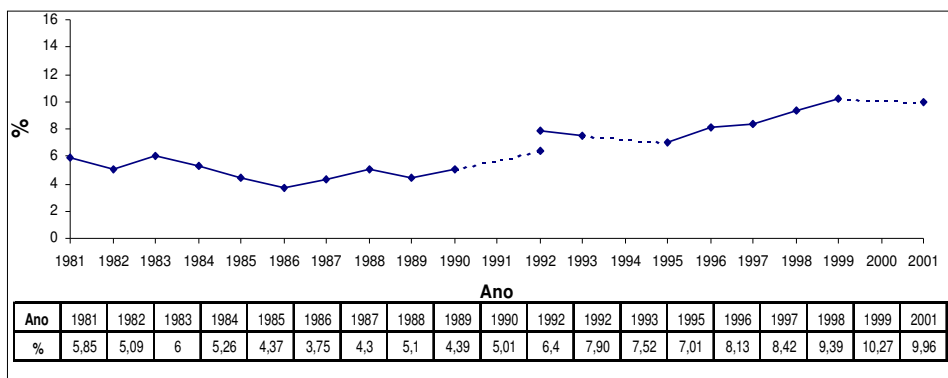


Gráfico 4
% de desocupados na PEA
Camada superior

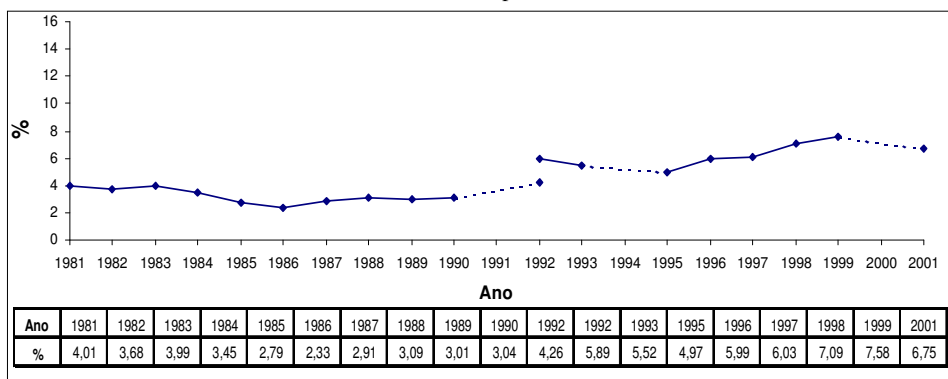
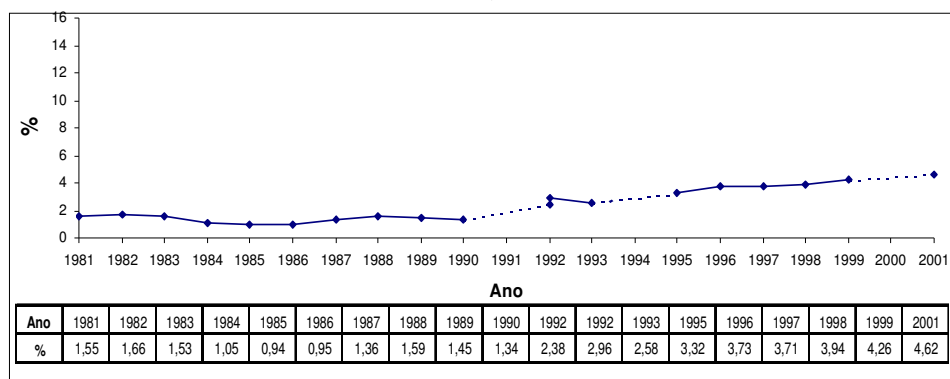


Gráfico 5
% de desocupados na PEA
Massa agrícola



Os gráficos de números 6 a 13 evidenciam os grupos familiares da massa urbana mais afetados pelo problema. Da mesma forma, o Gráfico 14 aborda a camada intermediária, e o Gráfico 15, a camada superior.

Massa urbana

Gráfico 6
% de desocupados na PEA
G-3 Operários e assalariados populares – Camada inferior

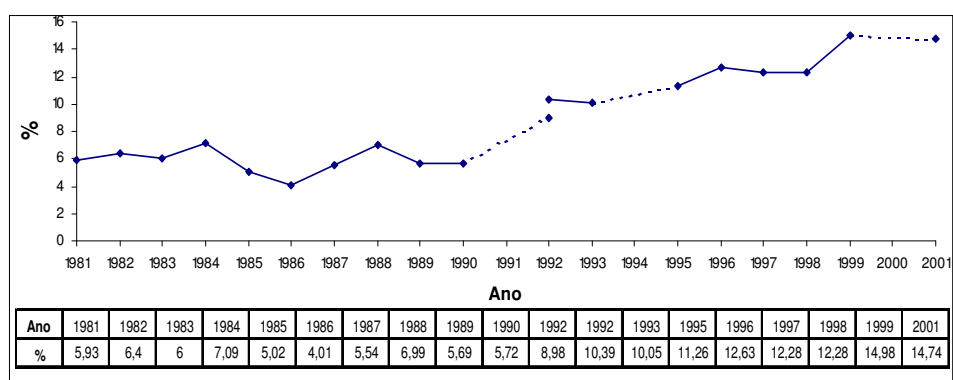


Gráfico 7
% de desocupados na PEA
G-2 Operários e assalariados populares – Camada média

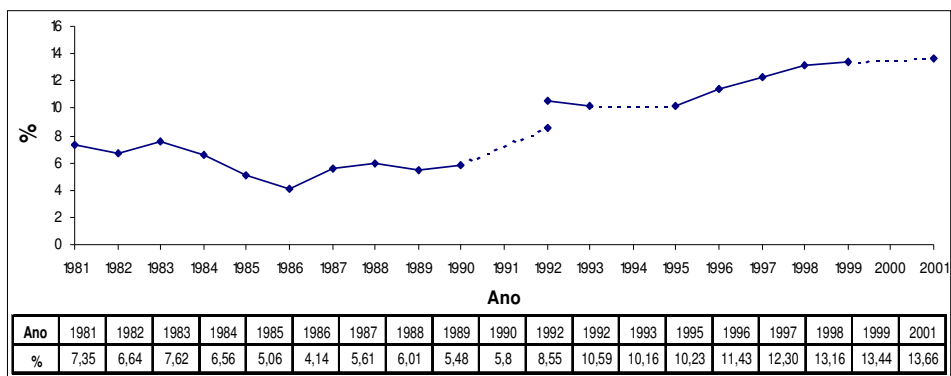


Gráfico 8
% de desocupados na PEA
G-1 Operários e assalariados populares – Camada superior

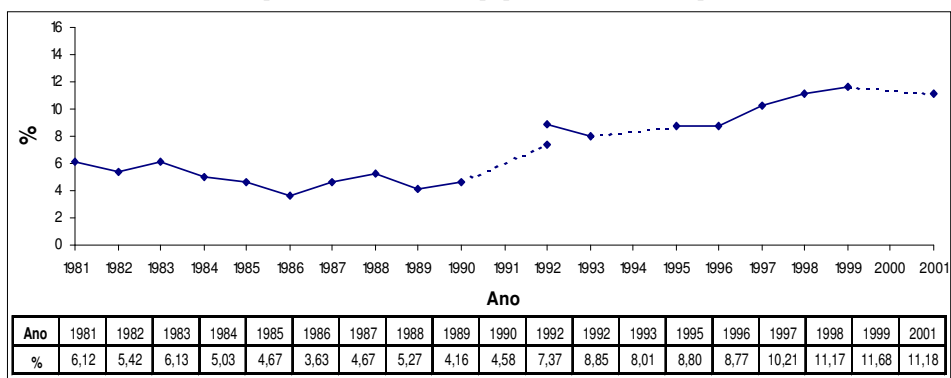


Gráfico 9
% de desocupados na PEA
D-3 Baixa classe média assalariada

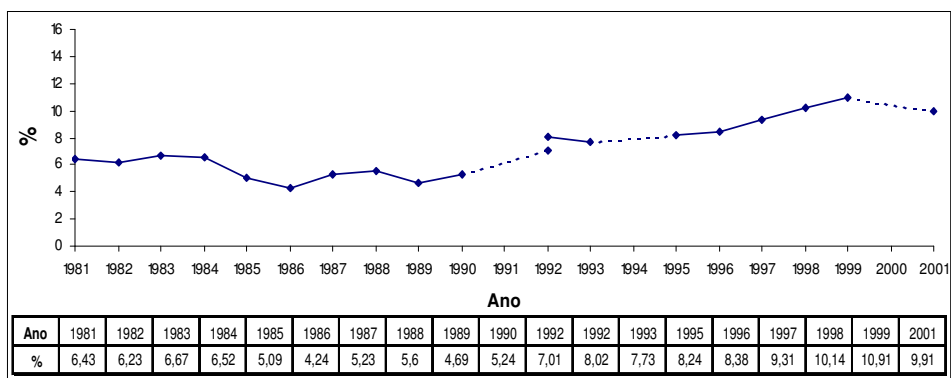


Gráfico 10
% de desocupados na PEA
I – Trabalhadores domésticos

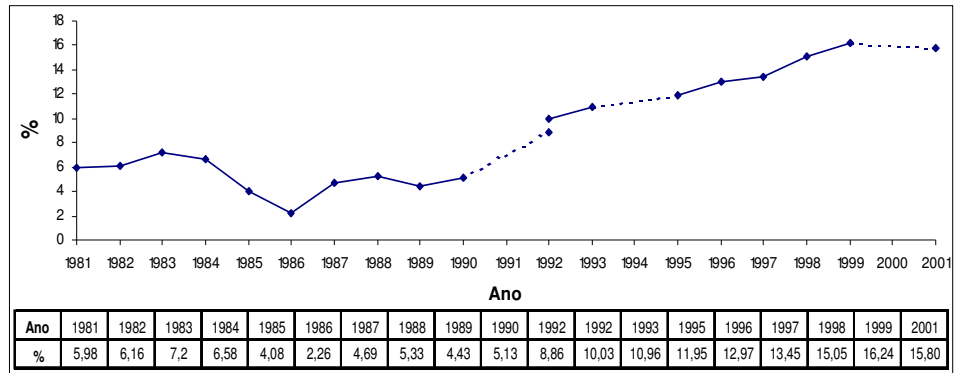


Gráfico 11
% de desocupados na PEA
F-4 Trabalhadores autônomos – Camada baixa

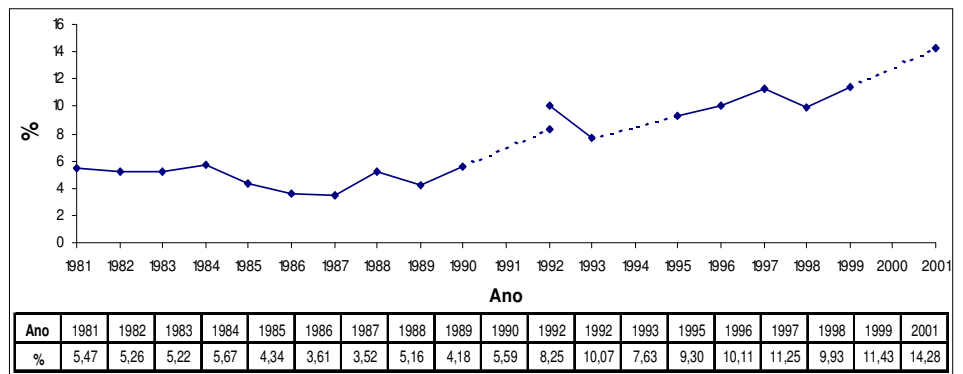


Gráfico 12
% de desocupados na PEA
F-2 Trabalhadores autônomos – Camada média

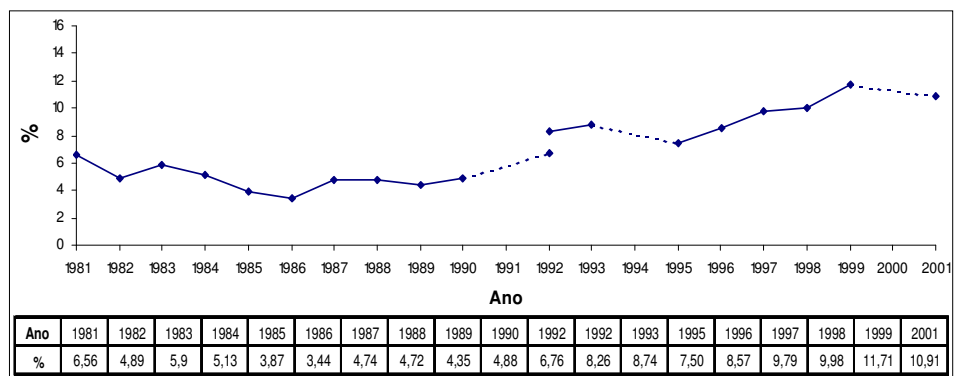
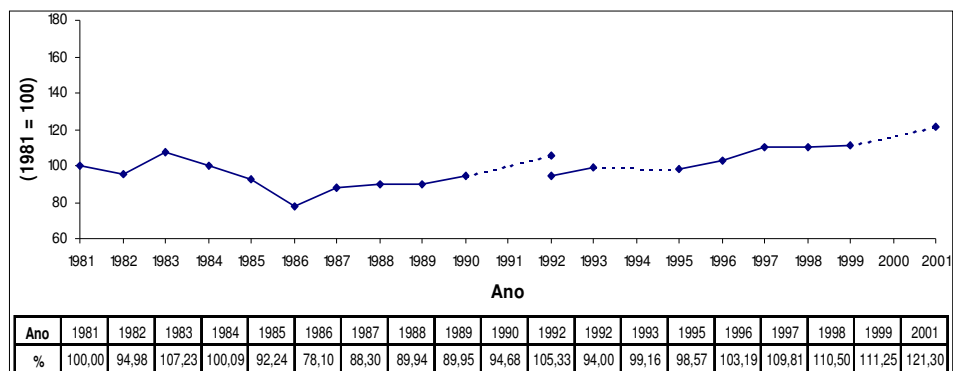


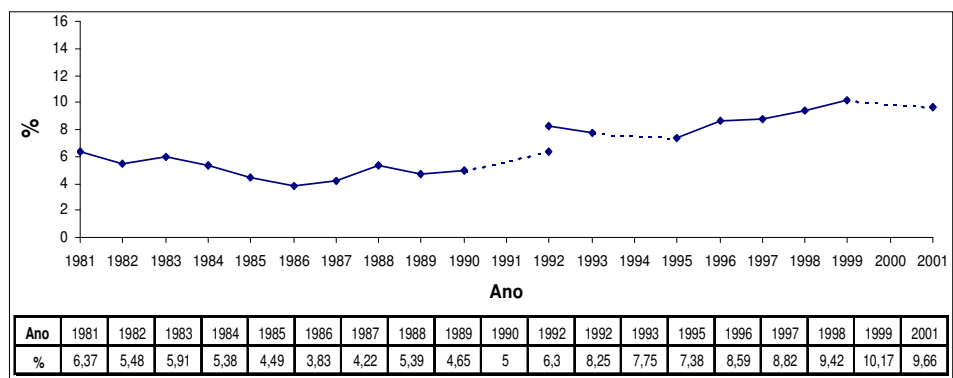
Gráfico 13
Índices de crescimento de desocupação
Sem ocupação – Camada 3 ⁽¹⁾



⁽¹⁾ Ao contrário dos demais gráficos que apresentam taxas de desocupação, neste grupo apresentam-se as taxas de crescimento a partir de 1981.

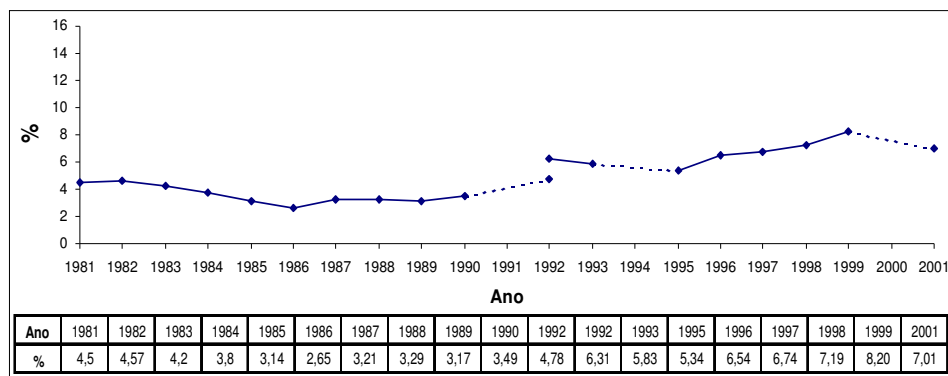
Camada intermediária

Gráfico 14
% de desocupados na PEA
D-2 – Média classe média assalariada



Camada superior

Gráfico 15
% de desocupados na PEA
D-1 – Alta classe média assalariada



3 A dimensão metropolitana

Como se observa na Tabela 3, as metrópoles brasileiras concentram uma proporção de desocupados (41%) significativamente superior à sua participação na PEA nacional (32%). Este viés metropolitano da desocupação é ainda mais acentuado nas camadas superior e intermediária da estrutura social.

Tabela 3
Participação consolidada das metrópoles na desocupação e PEA
2001

Camadas	Desocupados (mil)			PEA (mil)		
	Metrópoles	Brasil	%	Metrópoles	Brasil	%
Superior	460	950	48	5.760	14.100	41
Intermediária	650	1.430	45	5.540	14.330	39
Massa urbana	3.110	7.380	42	15.660	44.120	35
Massa agrícola	60	610	10	390	13.280	3
Total	4.290	10.370	41	27.350	85.830	32

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

Entre as metrópoles, a desocupação assume uma maior magnitude absoluta na região Sudeste, com o notório destaque da Região Metropolitana de São Paulo que, sozinha, congrega 15% do total nacional de desocupados, atingindo 1,6 milhão de pessoas. Também no Nordeste as marcas são bastante significativas, como se apresenta na Tabela 4.

Tabela 4
Participação das metrópoles na desocupação total

2001

Metrópoles	Desocupados (mil)	%
Grande São Paulo	1.566	15,1
Grande Rio de Janeiro	766	7,4
Grande Belo Horizonte	379	3,7
Grande Recife	295	2,8
Grande Salvador	294	2,8
Grande Fortaleza	251	2,4
Grande Porto Alegre	216	2,1
Grande Curitiba	183	1,8
Distrito Federal	195	1,9
Grande Belém	141	1,4
Sub-total das metrópoles	<u>4.286</u>	<u>41,3</u>
Total Brasil	10.375	100,0

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

Entretanto, a dimensão do desemprego regional metropolitano pode ser mais bem apreendida examinando-se a proporção de desocupados entre as pessoas economicamente ativas, tal como se apresenta na Tabela 5.

À exceção das regiões metropolitanas de Porto Alegre, com a taxa mais baixa entre as metrópoles, e de Curitiba, todas as demais possuem uma proporção de desocupados significativamente superior à média nacional. Em termos relativos, o problema assume maior gravidade nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador. Por sua vez, tal como ocorre em termos nacionais, também nas metrópoles a desocupação atinge com muito mais intensidade as famílias da massa urbana – em 7 das 10 regiões metropolitanas consideradas, pelo menos uma em cada cinco pessoas ativas destas famílias não conseguiam ocupação!

Tabela 5
Participação de desocupados na PEA
2001

Metrópoles	Camada superior	Intermediária	Massa urbana	Massa agrícola	Total
Grande São Paulo	7,3	13,0	21,2	-o-	16,4
Grande Rio de Janeiro	7,6	10,2	18,2	-o-	14,5
Grande Belo Horizonte	9,4	11,9	19,7	-o-	16,1
Grande Recife	9,6	12,6	23,3	-o-	18,5
Grande Salvador	11,1	13,8	21,8	-o-	18,0
Grande Fortaleza	11,7	11,6	20,2	-o-	16,7
Grande Porto Alegre	5,8	9,2	13,6	-o-	10,7
Grande Curitiba	7,2	8,0	16,7	-o-	12,1
Distrito Federal	8,5	13,7	23,7	-o-	17,6
Grande Belém	10,0	12,9	20,7	-o-	17,0
Sub-total das metrópoles	<u>8,0</u>	<u>11,7</u>	<u>19,9</u>	<u>-o-</u>	<u>15,6</u>
Total Brasil	6,8	10,0	16,7	4,6	12,1

-o-: valor absoluto insignificante.

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

4 O componente etário

Quando se decompõem os desocupados por faixas etárias, tal como se apresentam nas Tabelas 6 e 7, verifica-se que as maiores taxas e volumes encontram-se nos segmentos juvenis.¹¹ De fato, em todas as faixas inferiores a 30 anos, as taxas de desocupação da PEA são superiores à taxa média. Entre estas, a desocupação atinge com brutal gravidade a faixa de 20 a 24 anos e, sobretudo, a de 15 a 19 anos, cuja taxa em 2001 é mais que o dobro da taxa média! Estes dois segmentos juvenis concentravam 49% do total de desocupados em 1992 (3 milhões de jovens) e 47% em 2001 (4,9 milhões).

Tabela 6
Proporção de desocupados na PEA
Brasil

Faixas etárias	1992	2001
10 a 14 anos	12,4	14,4
15 a 19 anos	17,6	27,3
20 a 24 anos	13,4	18,9
25 a 29 anos	8,8	12,9
30 a 34 anos	7,0	9,9
35 a 39 anos	5,6	8,3
40 a 44 anos	4,3	7,2
45 a 49 anos	3,7	6,5
50 a 54 anos	3,4	6,0
55 a 59 anos	2,9	5,6
60 a 64 anos	2,2	5,0
65 anos ou mais	1,7	2,8
Total	8,6	12,1

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

Tabela 7
Proporção de desocupados por faixa etária
Brasil

Faixas etárias	1992		2001	
	Desoc. (mil)	%	Desoc. (mil)	%
10 a 14 anos	492	8,1	326	3,1
15 a 19 anos	1.615	26,5	2.550	24,6
20 a 24 anos	1.352	22,1	2.352	22,7
25 a 29 anos	848	13,9	1.440	13,9
30 a 34 anos	627	10,3	1.049	10,1
35 a 39 anos	438	7,2	860	8,3
40 a 44 anos	277	4,5	645	6,2
45 a 49 anos	174	2,9	460	4,4
50 a 54 anos	124	2,0	316	3,0
55 a 59 anos	76	1,2	194	1,9
60 a 64 anos	42	0,7	112	1,1
65 anos ou mais	38	0,6	71	0,7
Total	6.103	100,0	10.375	100,0

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

Como se observa nas Tabelas 8 e 9, o drástico avanço da desocupação juvenil entre 1992 e 2001 decorre, fundamentalmente, da péssima *performance* na

(11) Uma primeira abordagem desta problemática pelo autor encontra-se em Quadros (2001), de onde são resgatadas algumas passagens.

geração de oportunidades. De fato, naquele período, o número de ocupados entre os jovens de 20 a 24 anos cresceu abaixo da PEA (15% contra 23%) e retrocedeu 10% entre os jovens de 15 a 19 anos!

Tabela 8
Jovens de 15 a 19 anos: dados globais
Brasil

Discriminação	1992 (mil)	2001 (mil)	Variação (%)
População	14.737	17.421	+ 18%
PEA	9.203	9.340	+ 1,4%
Ocupados	7.582	6.790	- 10%
Desocupados	1.621	2.550	+ 57%

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

Tabela 9
Jovens de 20 a 24 anos: dados globais
Brasil

Discriminação	1992 (mil)	2001 (mil)	Variação (%)
População	13.012	15.828	+ 22%
PEA	10.098	12.444	+ 23%
Ocupados	8.740	10.092	+ 15%
Desocupados	1.357	2.352	+ 73%

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

Tal como se verifica no conjunto dos desocupados, entre os jovens predominam amplamente aqueles oriundos de famílias da massa popular urbana, que representam aproximadamente 70% do total. É o que se observa nas Tabelas 10 e 11.

Tabela 10
Origem familiar dos jovens desocupados de 15 a 19 anos
Brasil

Camadas socioocupacionais	1992		2001	
	Desoc. (mil)	%	Desoc. (mil)	%
Superior	165	10,2	220	8,6
Intermediária	245	15,2	380	14,9
Massa urbana	1.081	66,9	1.783	69,9
Massa agrícola	124	7,7	167	6,6
Total	1.615	100,0	2.550	100,0

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

Tabela 11
Origem familiar dos jovens desocupados de 20 a 24 anos

Brasil				
Camadas socioocupacionais	1992		2001	
	Desoc. (mil)	%	Desoc. (mil)	%
Superior	161	11,9	267	11,3
Intermediária	191	14,1	345	14,7
Massa urbana	914	67,7	1.606	68,3
Massa agrícola	85	6,3	134	5,7
Total	1.352	100,0	2.352	100,0

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

Outro aspecto relevante do desemprego juvenil diz respeito ao extraordinário crescimento da massa de jovens que não conseguem sua primeira ocupação. Em segundo lugar, encontram-se aqueles que perderam (ou abandonaram) sua ocupação em anos anteriores e não conseguiram retornar ao mercado de trabalho, tal como se apresenta nas Tabelas 12 e 13.

Tabela 12
Modalidades de desocupação entre os jovens de 15 a 19 anos
Brasil

Discriminação	1992	2001	variação
Desocupados no ano	661	838	+ 27%
Desocupados em anos anteriores	225	317	+ 41%
Procurando primeira ocupação	729	1.395	+ 91%
Total	1.615	2.550	+ 58%

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

Tabela 13
Modalidades de desocupação entre os jovens de 20 a 24 anos
Brasil

Discriminação	1992	2.001	variação
Desocupados no ano	695	1.040	+ 50%
Desocupados em anos anteriores	334	572	+ 71%
Procurando primeira ocupação	323	740	+ 129%
Total	1.352	2.352	+ 74%

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

Se, em termos nacionais, o problema da desocupação juvenil já assume contornos tão drásticos, nas metrópoles ele atinge níveis verdadeiramente assustadores. Basta apontar que, na faixa de 15 a 19 anos, a desocupação gira em torno dos 40% da PEA juvenil em 2001, à exceção das regiões metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba, na faixa dos 30%, como se verifica na Tabela 14.

Tabela 14
Participação das metrópoles na desocupação juvenil

2001

Metrópoles	15 a 19 anos		20 a 24 anos	
	Desocupados (mil)	% da PEA	Desocupados (mil)	%
Grande São Paulo	383	38,3	299	20,7
Grande Rio de Janeiro	144	39,9	180	24,3
Grande Belo Horizonte	95	38,7	95	23,9
Grande Recife	61	41,8	75	29,8
Grande Salvador	55	38,2	86	28,7
Grande Fortaleza	57	36,3	60	25,3
Grande Porto Alegre	57	29,5	43	15,0
Grande Curitiba	53	31,1	42	18,1
Distrito Federal	47	44,3	49	26,3
Grande Belém	25	37,3	40	29,6
Total Brasil	2.550	27,3	2.352	18,9

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

Já estabelecidas estas evidências empíricas, podemos agora avançar algumas considerações gerais. Uma primeira observação diz respeito ao fato de que o desemprego registrado entre os adultos não revela a verdadeira magnitude das demissões entre eles, pois sua maior experiência profissional pode ser empregada, por exemplo, em vários tipos de “quebra-galho” e em ocupações precárias, ou inferiores. Com isso, embora demitidos, continuam ocupados. Numa situação de desemprego prolongado e de necessidade familiar, como a atual, este fenômeno deve ser bastante expressivo.

Por outro lado, além de ser um indicador do funcionamento do mercado de trabalho, o desemprego juvenil pode ser tomado como um indicador privilegiado da gravidade e profundidade da crise social contemporânea. As dificuldades familiares, freqüentemente em torno do desemprego, ou do emprego precário de algum membro, redução de renda, temor quanto ao futuro, etc., acabam pressionando os jovens a ingressarem no mercado de trabalho. E boa parte deles fica de fora.

Em segundo lugar, é necessário atentar para o fato de que a crise social juvenil ultrapassa o aspecto, por si só gravíssimo, da desocupação, devendo ser considerada também a expressiva parcela de jovens precariamente ocupados. Ainda que o estudo da ocupação seja tema de outro ensaio, podemos aqui mencionar um significativo contingente de jovens que, nas cidades, trabalham em serviços domésticos, ou situam-se na camada inferior de operários e trabalhadores populares, tais como serventes de pedreiro, ajudantes gerais, etc. Já na área rural, este segmento é formado majoritariamente pelos jovens que integram a pequena agricultura familiar como trabalhadores não remunerados, ou em atividades de subsistência.

A análise do emprego e desemprego juvenil, por sua própria dimensão social, sempre é relevante. Entretanto, numa situação de crise e transformação,

como a da década de 1990, estudos circunstanciados e aprofundados tornam-se ainda mais necessários. Ainda que até recentemente predominassem os trabalhos demográficos, mercadológicos, comportamentais, culturais, etc., surgiram várias contribuições relevantes do ângulo do mercado de trabalho.¹²

Observando o cenário socioeconômico mais geral, tomamos como fio condutor deste estudo o entendimento (ou hipótese) de que está em curso uma autêntica *crise de reprodução social*, em que as gerações mais novas estão enfrentando dificuldades crescentes, muitas vezes intransponíveis, para manter as condições sociais de sua família de origem.¹³

De qualquer forma, é generalizada a percepção de que as difíceis condições vigentes no mercado de trabalho são particularmente adversas à imensa maioria de jovens “despreparados”, projetando um cenário bastante problemático para o futuro. Se é entre os jovens que se encontram as mais elevadas taxas de desemprego, a dimensão e o avanço da informalidade entre os ocupados já antecipam problemas nos âmbitos da aposentadoria e da atenção dispensada aos idosos.

As crescentes exigências de escolarização para o acesso e permanência nos melhores segmentos do mercado de trabalho chocam-se com históricos “monopólios sociais”,¹⁴ que reservam a educação prolongada e “de qualidade” aos membros das classes mais bem situadas. Basta mencionar as dificuldades práticas para se conciliarem, em condições adversas, profissionalização precoce e educação de qualidade. Sem falar na crítica situação da escola pública gratuita.

Como sobram jovens dispostos a trabalhar nas condições dadas, as exigências são crescentes e, em muitos casos, claramente despropositadas. São recorrentes os alertas quanto à sobrecarga e sub-remuneração. As carreiras estão se encurtando, o que, junto com a precarização da base do mercado de trabalho juvenil, resultaria no “sucateamento precoce” de amplos segmentos.

É nestes marcos mais gerais da problemática que podemos, mesmo, discutir a validade de se tomar sempre como normal ou positivo o fato de um jovem estar ocupado. Obviamente, para quem necessita trabalhar, estar desocupado é a pior situação em que não exista efetiva proteção social. Porém não podemos tomar necessidade como virtude.

Parece-nos que o ideal seria que os jovens pudessem adiar, ao menos até o início da fase adulta, o ingresso pleno ao mercado de trabalho, sendo-lhes oferecido uma formação escolar sólida. Para as camadas populares, deveria ser assegurado que, pelo menos, concluíssem o nível secundário (ou nível médio), o ensino técnico incluído.

(12) Cf. entre outros, Arias (1998), Pochmann (2000) e Lourenço (2002).

(13) É o que pode ser inferido do importante trabalho de Jannuzzi (2003).

(14) Cf. Cardoso de Mello & Novais (1998).

Em nosso juízo, entretanto, as circunstâncias advindas da orientação de política econômica e social predominante nos anos 1990, de corte eminentemente liberal, encaminharam a situação no sentido exatamente oposto. O resultado é a violenta pressão dos (e sobre os) jovens, que querem a qualquer custo ingressar no mercado de trabalho, o mais das vezes nas condições mais precárias.

Desta forma, um imenso desafio, que se coloca de imediato a estes enormes contingentes de jovens trabalhadores, a seus familiares, instituições educacionais, sindicatos e outras organizações sociais e políticas, é o de conquistar as condições efetivas para se compatibilizarem trabalho e escola.

Nas condições atuais de funcionamento do mercado de trabalho, os ensinos secundário e técnico vêm-se constituindo no requisito básico para se tentar o acesso às escassas oportunidades mais bem estruturadas, para operários, escriturários, balconistas, nas inúmeras atividades dos serviços, etc.

Assim sendo, examinando-se a proporção de jovens que não chegaram até o ensino secundário, para os diversos grupos familiares de origem, teremos algo como o mapa social da “fragilidade juvenil” diante das atuais exigências de “empregabilidade”.

Por força da pressão do mercado de trabalho e por outras razões, vem crescendo rapidamente a proporção dos jovens que iniciaram ou concluíram o ensino secundário, tanto entre os ocupados como entre os desocupados, ainda que a proporção dos “excluídos” permaneça muito elevada. Obviamente, esta constatação é apenas o ponto de partida para uma discussão mais aprofundada, devendo necessariamente avançar para a compreensão das condições de qualidade vigentes nas instituições educacionais, principalmente no que se refere ao ensino público. Entretanto, este passo ultrapassa os limites deste artigo.

De qualquer forma, este cenário aponta para duas ordens de questões. De um lado, ganha destaque o porte dos desafios a ser enfrentados, caso se busque avançar decididamente no sentido de assegurar o ensino de segundo grau a todos os jovens brasileiros. Em segundo lugar, a pressão social que se manifesta, a favor do avanço dos jovens em direção a este nível de escolaridade, além de reforçar as exigências em relação ao ensino público de qualidade, aponta tendencialmente para a expansão da demanda por cursos profissionalizantes e de reciclagem; de ensino de terceiro grau, em que podem ganhar relevo os “cursos seqüenciais” sugeridos pela LDB, etc.

É importante enfatizar que a elevação da escolaridade juvenil, por si só, não é nenhuma panacéia, num quadro geral de insuficiente geração de oportunidades. Basta atentar que ela se manifesta até mesmo entre os jovens desocupados, tal como se vê na Tabela 15, que apresenta o cenário vigente em 2001 entre os jovens da Região Metropolitana de São Paulo.

Tabela 15

Proporção de jovens de 15 a 19 anos com 2º grau completo ou incompleto
Região Metropolitana de São Paulo: grupos familiares mais relevantes

Grupos familiares	1992		2001	
	Ocup.	Desoc.	Ocup.	Desoc.
Pequenos proprietários empregadores	37,2	-o-	74,2	66,7
Pequeno negócio familiar urbano	44,4	-o-	52,5	70,6
Alta classe média assalariada	46,0	63,3	65,3	80,8
Média classe média assalariada	35,3	25,0	73,1	75,0
Baixa classe média assalariada	39,7	31,0	76,9	74,5
Operários e afins – camada superior	35,3	30,2	66,3	66,7
Operários e afins – camada média	11,6	25,4	51,7	60,3
Trabalhadores autônomos – camada média	14,3	16,7	52,8	65,7
Nenhum membro ocupado (3ª camada)	-	32,4	-	66,0
Total	32,3	30,6	64,5	66,7

-o-: valor absoluto insignificante.

Fonte: PNAD – Elaboração do autor.

Considerações finais

Como as evidências empíricas demonstraram exaustivamente, o brutal agravamento do desemprego que se manifesta desde o final dos anos 1980, mas se acentua sobretudo na segunda metade dos anos 1990, possui claramente um viés social e outro etário.

De fato, se a desocupação é um fenômeno generalizado na sociedade urbana brasileira contemporânea, este se abate com intensidade redobrada sobre as famílias da massa popular. Ou seja, entre as famílias dos balconistas e comerciários, dos auxiliares de escritório, dos professores primários e auxiliares da saúde, dos operários e trabalhadores populares, das empregadas domésticas, etc. Particularmente alarmante é a expansão da desocupação em famílias que não possuem nenhum membro ocupado, isto é, de aposentados e pensionistas, desempregados, etc.

Seguramente, não é coincidência que justamente esta massa popular seja a que apresenta, naquele mesmo período, o comportamento mais desfavorável em termos de participação na renda urbana, conforme constatamos em outro trabalho (Quadros, 2003).

Por outro lado, evidencia-se claramente que, nesta camada social e, também, nas demais camadas urbanas, a desocupação afeta muito mais agudamente os segmentos juvenis – sendo que o cenário de crise social juvenil só se completa se considerarmos igualmente a significativa parcela de jovens precariamente ocupados.

Nunca é demais insistir que a prolongada duração desta situação vergonhosa, em que enormes contingentes de jovens nasceram e cresceram em condições socialmente intoleráveis e sem perspectiva de melhoria, possui desdobramentos gravíssimos e preocupantes. Dentre estes, destaca-se nitidamente a questão da criminalidade.

De fato, ainda que não exista um vínculo direto e imediato entre desemprego e precariedade ocupacional, de um lado, e criminalidade, de outro, a manutenção desta situação por um longo período de tempo por certo contribui enormemente para a formação de um caldo de cultura altamente favorável ao alastramento da marginalidade e da violência.¹⁵ Basta atentar para as explosivas taxas de mortalidade juvenil por causas externas (violentas) e para a criminalidade juvenil descontrolada.

Obviamente esta situação de verdadeira hecatombe social apenas poderá ser satisfatoriamente equacionada se e quando o país retomar os rumos do desenvolvimento, com expressivas taxas de crescimento econômico sustentado.

Entretanto, ainda assim são necessárias vigorosas medidas emergenciais que enfrentem de imediato as gigantescas heranças que se materializam, sobretudo, nas massas juvenis precárias do campo e nas multidões de crianças e jovens que perambulam sem destino pelas periferias urbanas, particularmente nas metrópoles e grandes cidades do interior dos estados.

Para os jovens urbanos afetados, uma perspectiva efetiva de solução passa pela vigorosa expansão e revitalização dos serviços sociais públicos, em particular nos que se referem à educação e ao amparo dos estudantes pobres e remediados.

Para os jovens do campo, assim como para toda massa rural, o enfrentamento da situação requer, além das mesmas exigências quanto aos serviços públicos, uma solução civilizada para a secular questão fundiária. Tal solução envolve, de imediato, a democratização do acesso à terra e a assistência técnica e financeira aos pequenos agricultores, assim como a melhoria das condições dos trabalhadores agrícolas.

Contudo, se a revitalização dos serviços públicos sociais é fundamental para os setores mais necessitados da população, ela também interessa diretamente aos setores intermediários. Basta destacar o peso, no orçamento destas famílias, dos gastos com educação, saúde, transporte, etc.; de qualidade, no mínimo, duvidosa para a grande massa da classe média. Nunca foi tão verdadeiro o popular ditado de que “o que funciona custa caro”. Em outras palavras, o “padrão de vida de classe média” está se tornando, progressivamente, inacessível a amplos segmentos médios, num processo de autêntica elitização.

Esta situação é particularmente grave nos setores médios assalariados, que sempre são alcançados pelo fisco, pois são descontados na fonte, mas não usufruem de serviços públicos de qualidade aceitável.

Por um período de tempo relativamente longo, estes setores estiveram como que entorpecidos pela onda de consumo que acompanhou a estabilidade monetária, com abertura comercial (o acesso aos importados), expansão do crédito

(15) Entre outros, cf. Zaluar (1998).

ao consumidor (a juros estratosféricos) e dólar barato (novamente os importados, mas também as viagens ao exterior). Entretanto, mais recentemente, já têm manifestado descontentamento e temor em relação ao futuro.

Porém, nas condições de cidadania e organização social atualmente vigentes no Brasil, identificar e dimensionar segmentos sociais com carências e necessidades comuns, ou passíveis de convergir para objetivos comuns, constitui recurso eminentemente analítico.

Na realidade, entre as várias camadas e segmentos apontados, existem profundas diferenças culturais e políticas, que conformam barreiras quase que intransponíveis. Por outro lado e de forma perversa, os valores que vão se difundindo e aproximando-os são exatamente aqueles que promovem o individualismo e a despolitização, dificultando sobremaneira o necessário compromisso com os ideais de povo e de nação.¹⁶

Como, então, os segmentos sociais mais afetados poderiam se converter em base social capaz de impulsionar e dar sustentação às profundas transformações que se fazem necessárias? E, mais ainda, como imprimir uma orientação democrática e socialmente avançada ao descontentamento social?

Obviamente, a resposta para esta indagação só pode ser buscada de forma coletiva. E seu encaminhamento parece ser o desafio imediato que se coloca aos agentes sociais efetivamente comprometidos com esta problemática: nos sindicatos e organizações representativas de trabalhadores urbanos e rurais; em partidos e movimentos políticos; nas igrejas, organizações e movimentos sociais; nas instituições públicas e entre agentes das áreas sociais, pesquisadores e estudiosos, etc. – tendo sempre presente que uma solução efetiva passa necessariamente pela reestruturação do Estado nacional e por sua reorientação a partir de critérios públicos e sociais.

Sem dúvida nenhuma, as eleições de 2002 abriram um horizonte muito mais promissor para o enfrentamento destas questões extremamente difíceis. Resta, agora, verificar em que medida as iniciativas governamentais serão suficientemente efetivas, bem como observar qual será o comportamento de nossa sociedade, tão profundamente solidária com a exclusão e a desigualdade sociais. E colaborar, decididamente, naquilo que estiver a nosso alcance!

Referências bibliográficas

AMADEO, E., CAMARGO, J. M. Instituições e o mercado de trabalho no Brasil. In: CAMARGO, J. M. (Org.). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

(16) Cf. Cardoso de Mello & Novais (1998).

- ARIAS, Alfonso R. Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. In: JOVENS acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998.
- BALTAR, Paulo E. A. Crise contemporânea e o mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco A. (Org.). *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.
- _____. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W., HENRIQUE, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp/Unicamp, 2003. (no prelo).
- CAMARGO, J. M. (Org.). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- _____, GIAMBIAGI, F. (Org.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.
- CARDOSO DE MELLO, J. M., NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.
- DEDECCA, Claudio S. A Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios – PNAD: Síntese Metodológica. *Revista Brasileira de População*, Brasília, v. 15, n. 2, 1998.
- DELFIN NETTO, A. Coluna da p. 2. *Folha de São Paulo*, diversas edições.
- DIEESE. Diversos informes e estudos.
- JANNUZZI, P. M. Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2 (19), jul.dez. 2002.
- LOURENÇO, C. L. *Características da inserção ocupacional dos jovens no Brasil*. Campinas: Unicamp. IE, 2002. (Dissertação, Mestrado).
- MATTOSO, J. *O Brasil desempregado, como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MILLS, C. Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- NERI, M., CAMARGO, J. M., REIS, M. C. *Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 743).
- OLIVEIRA, Marco A. (Org.). *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.
- POCHMANN, M. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- POCHMANN, M. *A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- QUADROS, W. A evolução recente das classes sociais no Brasil. In: PRONI, M. W., HENRIQUE, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp/Unicamp, 2003. (no prelo).

_____. O desemprego juvenil no Brasil dos anos noventa. Campinas: UNICAMP. IE, dez. 2001. (Cadernos do CESIT, n. 31).

QUEIROZ RIBEIRO, L. C., CORRÊA DO LAGO, L. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. : *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, n. 3, nov. 2000.

SANTOS, José Alcides F. Estrutura de posições de classe no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

URANI, A. Ajuste macroeconômico e flexibilidade no mercado de trabalho no Brasil: 1981-95. In: CAMARGO, J. M. (Org.). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

Apêndice Metodológico

A seguir, apresenta-se a composição dos vários grupos ocupacionais adotados no presente estudo.

A – proprietários empregadores. São os proprietários de algum empreendimento, em qualquer ramo de atividade econômica, que empregam pelo menos um membro assalariado.

A.1 – empregam mais de 10 assalariados.

A.2 – empregam até 10 assalariados.

B – profissionais empregadores. São profissionais de tipo liberal que empregam pelo menos um membro assalariado. Os principais componentes são: médicos, dentistas e enfermeiros diplomados; técnicos em contabilidade; outras ocupações técnicas e científicas de nível superior.

D.1 – alta classe média assalariada. Principais componentes: administradores, gerentes e chefes; médicos, dentistas e enfermeiros diplomados; engenheiros e arquitetos; professores de ensino superior; outras ocupações técnicas e científicas de nível superior.

C.1 – profissionais autônomos – camada superior. Principais componentes: médicos, dentistas e enfermeiros diplomados; engenheiros e arquitetos.

C.2 – profissionais autônomos – camada média. Principais componentes: ocupações qualificadas do comércio; outras ocupações técnicas e científicas de nível médio.

Sem ocupação – famílias em que nenhum membro se encontra ocupado. São as famílias de aposentados e pensionistas, desocupados, etc.

D.2 – média classe média assalariada. Principais componentes: ocupações de defesa nacional e segurança pública; outras ocupações técnicas e científicas de nível médio; professores do segundo grau; mestres e contramestres; ocupações qualificadas do comércio; técnicos de contabilidade.

E – proprietários por conta própria – urbanos. São os proprietários que não empregam mão-de-obra assalariada em seus empreendimentos (urbanos), atuando sozinhos ou com ajuda de familiares (não remunerados). Concentram-se no comércio e na prestação de serviços.

F.1 – trabalhadores autônomos – camada superior. Principais componentes: motoristas; ocupações de reparação de veículos; outras ocupações da metal-mecânica.

C.3 – profissionais autônomos – camada inferior. Principais componentes: professores primários; mestres e contramestres; ocupações auxiliares da saúde; ocupações auxiliares de engenharia e arquitetura.

D.3 – baixa classe média assalariada. Principais componentes: balconistas e caixas; auxiliares de escritório e afins; professores primários; ocupações auxiliares da saúde; outras ocupações burocráticas.

G.1 – operários e assalariados populares – camada superior. Principais componentes: motoristas; eletricitas e radiotécnicos; outras ocupações da metal-mecânica; mecânicos; operadores de máquinas (exceto construção civil); torneiros mecânicos.

G.2 – operários e assalariados populares – camada média. Principais componentes: porteiros, vigias e faxineiros; garçons e cozinheiros; outras ocupações da indústria; ocupações da reparação de veículos; pedreiros; outras ocupações da construção civil; alfaiates e costureiros; outras ocupações do vestuário e calçados; marceneiros e carpinteiros; expedidores e embaladores; outras ocupações do transporte e comunicações.

G.3 – operários e assalariados populares – camada inferior. Principais componentes: serventes de pedreiro; vendedores de jornais e ambulantes.

F.2 – trabalhadores autônomos – camada média. Principais componentes: pedreiros; vendedores de jornais e ambulantes; alfaiates e costureiros; outras ocupações da construção civil; eletricitas e radiotécnicos; marceneiros e carpinteiros.

F.3 – trabalhadores autônomos – camada inferior. Principais componentes: ocupações dos serviços de higiene pessoal; trabalhadores braçais.

F.4 – trabalhadores autônomos – camada baixa. Principais componentes: outras ocupações da indústria de vestuário e calçados; outras ocupações da indústria têxtil.

I – empregadas domésticas. Dispensam apresentação.

M – autoconstrução – não ocupados. São os membros que se declararam não ocupados durante a semana de referência, mas que estiveram ocupados com construção própria ou reformas.

J.1 – trabalhadores não remunerados – urbanos. São os membros que auxiliam seus familiares nos empreendimentos por conta própria, sem remuneração regular.

L – ignorados. São aqueles que não informaram suas ocupações.

H.1 – proprietários por conta própria – agrícolas. São os proprietários que não empregam mão-de-obra assalariada em seus empreendimentos (agrícolas), atuando sozinhos ou com o auxílio de familiares (não remunerados).

H.2 – trabalhadores autônomos agrícolas. Dispensam apresentação.

H.3 – assalariados agrícolas permanentes. Dispensam apresentação.

H.4 – assalariados agrícolas temporários. Dispensam apresentação.

N – autoconsumo – não ocupados. São os membros que se declararam não ocupados durante a semana de referência, mas que estiveram ocupados com produção para seu próprio consumo.

K – ocupados com o autoconsumo. É semelhante ao grupo N. São os membros que se declararam ocupados durante a semana de referência e cuja ocupação é a produção para seu próprio consumo.

J.2 – trabalhadores não remunerados – agrícolas. São os membros que auxiliam seus familiares nos empreendimentos por conta própria agrícolas, sem remuneração regular.